

# *estudos* **urbanos**

**PORTO ALEGRE E SEU PLANEJAMENTO**

ORGANIZADORES

**WRANA M. PANIZZI  
JOÃO F. ROVATTI**



Prefeitura Municipal de Porto Alegre  
**ADMINISTRAÇÃO POPULAR**



**Editora  
da Universidade**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

© dos autores  
1ª edição: 1993

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
e Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Capa e planejamento gráfico: Carla Luzzatto  
Editoração Geraldo F. Huff

Revisão: Anajara Carbonell Closs, Marli de Jesus  
Rodrigues dos Santos e Maria da Graça Storti Féres

Montagem: Rubens Renato Abreu

Divulgação: Jurandir Soares

Administração: Silvia Maria Secrieru

---

82e Estudos urbanos: Porto Alegre e seu planejam-  
to / Organizado por Wrana M. Panizzi e João  
F. Rovatti. -- Porto Alegre : Ed. Universida-  
de/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Ale-  
gre, 1993.

I. Arquitetura — Urbanismo — Sociologia —  
Porto Alegre, RS. I. Panizzi, Wrana M. II. Rovatti,  
João F.

CDU 72:711:301 (81.651)

---

Catálogo na publicação: Mônica Ballejo Canto. CRB 10/1023

ISBN 85-7025-289-7

## Cidade faz análise e revela tudo: leia no ambiente

LINEU CASTELLO

### A cidade se revela

E se os planos diretores para cidades com mais de vinte mil habitantes — esses, que são exigidos pela Constituição — incluíssem realmente valores extraídos do próprio contexto onde vão ser introduzidos?

Até se poderia pensar em legitimidade para esses planos: eles estariam lidando com valores legítimos do contexto cuja organização pretendem desenhar. Mas como averiguar quais são os valores que um determinado contexto considera legítimos? Procurando respostas no próprio contexto onde se vai atuar: procedendo a uma contextualização da análise do ambiente onde se vai atuar.

Dito assim parece fácil: vamos buscar no contexto os valores que vamos manipular, para que o processo se legitime. Mas, e se esses valores não forem julgados convenientes pelos padrões de conhecimento penosamente adquiridos pelos planejadores e designers urbanos, através de sua formação profissional e no bojo de suas quimeras epistemológicas? Continuar-se-ia impondo o “nós sabemos o que é melhor para vocês”, com a cabeça leve pela sensação do dever cumprido, restando apenas aguardar que a legitimidade se legitime via força legal?

Aproximar população de técnicos no desenho e construção do ambiente urbano continua sendo um dos pontos cruciais para a legitimação do planejamento. Na trajetória do planejamento urbano brasileiro, onde já experimentamos manifestações das duas tendências em posições quase limites (a de um planejamento tecno-autocrático e a de um planejamento cômico-participativo), a questão adquire maior atualidade.

Now, which of these prospective programmes for the future — the despotism of “science” or the tyranny of the “majority” — is the more completely repulsive is difficult to say (...). Nor should it be necessary to say that these alternatives — *Let science build the town* and *Let people build the town* — are both of them profoundly neurotic. For, up to a point, science will and should build the town and, up to a point, so will and should collective opinion; (...) (ROWE e KOETTER, 1978:6).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Agora, qual desses dois programas prospectivos para o futuro — o despotismo da ‘ciência’ ou a tirania da ‘maioria’ — é o mais completamente repulsivo é difícil dizer (...). Tampouco seria necessário dizer que estas alternativas — *deixemos a ciência construir a cidade* e *deixemos o povo construir a cidade* — são, tanto uma como outra, profundamente neuróticas. Porque, até certo ponto, a ciência vai e deveria construir a cidade e, até certo ponto, a opinião coletiva também o faria e deveria fazê-lo”.

Assim, uma linha importante que se abre para a pesquisa urbana volta-se para a busca de uma posição equilibrada entre as participações dos especialistas e da população no planejamento. Mais ainda, torna-se, inclusive, dever da área acadêmica, pesquisar quanto a possíveis avanços na tentativa de atenuar os conflitos que envolvem a questão. Obviamente, um dos caminhos mais reveladores para isso é o do maior entendimento das relações comportamentais das pessoas com seu ambiente.

Há alguns anos introduzimos no PROPUR — Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, uma linha de pesquisa voltada para o estudo das relações comportamento-ambiente, em especial, no sentido de investigar um enquadramento metodológico de análise urbana que, contemplando as relações comportamento-ambiente, melhor as endereçassem para as ações de planejamento e de desenho urbano.

As pesquisas se desenvolveram com apoio do Programa MAB (Man and the Biosphere) da UNESCO — em particular dos Projetos MAB-11 e MAB-13, de ecologia urbana e de percepção ambiental — e do CNPq.

Em um dos momentos dessas pesquisas, avançou-se um esquema metodológico para análise do ambiente urbano que, através do emprego de técnicas de percepção ambiental, procurou um caminho para a desejada aproximação de especialistas e usuários na projeção ambiental.

Aliás, conforme vêm apontando as pesquisas, tudo indica que os passos a percorrer nas atividades de análise da cidade incluem, necessariamente, a área da percepção ambiental. Na verdade, a corrente que emprega a percepção em suas tentativas de compreender as relações comportamento-ambiente, embora ainda considerada em estado emergente, vem experimentando cres-

centes reconhecimentos. No Brasil, principalmente a partir de meados da década de 80, o tema vem suscitando atenção mais cuidada, com a linha de percepção ambiental, como área científica, passando a assumir papel cada vez mais destacado nas atividades que envolvem análise e projeção ambientais. Paralelamente a isto, questões como a de que maneira se deve dar a inserção da percepção ambiental na metodologia de análise ambiental, ou de quais técnicas da percepção melhor revelam as características que conferem qualidade ao ambiente, são itens que, progressivamente vêm merecendo a maior ênfase. Questões como essas são as que ocupam os objetivos das pesquisas que vimos conduzindo no PROPUR.

Ainda que um pouco prematuro para o lançamento de afirmações, os resultados de alguns momentos das pesquisas vêm deixando claras indicações de que a metodologia empregada na análise ambiental apresenta boas potencialidades. Uma dessas indicações seria, com certeza, a franca aceitação por parte de duas sucessivas administrações municipais de Porto Alegre quanto ao conteúdo da análise ambiental efetuada pela pesquisa na área central da cidade. Muito contribuiu para isto o fato de a pesquisa mexer com um “fato gerador” percebido como importante pelos pesquisadores e que preocupa (ainda que inconscientemente, em grande parte dos casos) a comunidade: as relações da cidade com seu rio.

O “fato gerador” trabalhou como agente motivador das percepções amortecidas da comunidade quanto a valores de seu ambiente, o que muito contribuiu para energizar a participação popular no projeto de seu ambiente. Além disto, através da análise ambiental conseguiu-se desvelar valores conhecidos só pelos usuários da área

pesquisada, e que facilmente passariam “despercebidos” dentro de uma análise técnica tradicional. E, muitas vezes, esses valores são precisamente aqueles que conferem identidade a um lugar, que identificam o morador com sua área, que trazem *anima* a um espaço físico inanimado, que animam um lugar. Nas equipes de planejadores, os arquitetos (deveriam, pelo menos) desenham espaços onde vai se processar a vida. Os espaços urbanos não são meramente espaços inanimados: são obras humanas. É dever dos arquitetos tentar investigar esses valores, perceber a *anima* dos lugares, esquadrihar estratégias e táticas para a detecção dos valores do ambiente, fazer a cidade revelar-se.

Segue-se uma notícia da postura metodológica testada em um dos momentos das pesquisas, onde efetivou-se uma análise da área central da cidade, e de um possível esquema de leitura das mensagens transmitidas pelo ambiente.

#### **A cidade em análise**

Para tentar situar um pouco o momento da aplicação da análise ambiental, esclareça-se inicialmente que o corpo central da pesquisa teve (e tem) como objeto o estudo de “Inter-relações ambientais: Porto Alegre e o rio Guaíba”.

A pesquisa parte inicialmente do reconhecimento, por um lado, da existência de um problema ambiental em Porto Alegre e, por outro, da oportunidade de enfrentar esse problema através de um enfoque integrador, como o que é buscado nos projetos MAB-11.

O problema ambiental decorre de um desequilíbrio no ecossistema urbano, que se evidencia por um rompimento e uma deterioração nas relações cidade-rio. Tentar a recomposição do equilíbrio do ecossistema não é suficiente como solu-

ção. (Aliás, recorde-se pelo menos de passagem, que, em última, mas última análise mesmo, ao promover a urbanização de um território, as metas de todo planejador urbano passam pela promoção do desequilíbrio ecológico daquele território.) O próprio sistema não só já dispõe de uma integridade característica — reflexo do ambiente ao qual está contextualizado — como também necessitará incorporar alterações estruturais, que lhe serão introduzidas, fruto dos progressivos estágios de sua evolução.

Na pesquisa, o meio ambiente perdeu o meio: o *ambiente* — cultural e natural — é encarado como um todo, como produto e produtor, integrante e integrador de um mesmo ecossistema. Nesses termos, encontra-se uma clara desconexão na integração ambiente cultural-ambiente natural: a cidade se isolou do rio, voltou suas costas ao rio. O rio está contaminado, o rio não é visto, o rio foi tragado pela urbanização. A população, hoje, percebe e reconhece este afastamento como um problema. E quer que alguma coisa seja feita.

A oportunidade de enfrentar o problema surge com a implementação de um projeto governamental de saneamento que tem por objetivo a regeneração bioquímica do rio. O projeto, cuja implementação ocorrerá por etapas, admite adaptações e uma relativa flexibilidade nas soluções técnicas propostas. Aí residem boas oportunidades para investigar as potencialidades ecológicas mais amplas, envolvidas no projeto, em termos de melhoria da qualidade ambiental como um todo.

Esses dois pontos deram a idéia inicial para a pesquisa. Reconhecida a ocorrência de um problema e de um eventual caminho para enfrentá-lo, busca-se integrar a uma regeneração física do

rio, uma "regeneração cultural" do assentamento humano.

Adotou-se, ao longo das pesquisas um enfoque bipolar, analisando as condições do ecossistema que favoreçam a *diversidade* necessária para seu progressivo desenvolvimento e, simultaneamente, que garantam a permanência de valores inerentes e já *estabilizados* no ecossistema. Coerentemente, duas grandes linhas de abordagem são seguidas ao longo das pesquisas:

- o estabelecimento de inter-relações entre a metrópole e o recurso hídrico, visando introduzir *diversidade* ao sistema metropolitano, para aumentar a eficiência do sistema e, assim, enfrentar os impactos da urbanização;
- o re-estabelecimento de relações entre população e o rio, visando preservar a *estabilidade* do sistema, para garantir os padrões culturais associados ao rio que deu origem à cidade.

Nessa visão, o assentamento guiar-se-á para uma estruturação que será conscientemente *conservada* mas, também, conscientemente *modificada*. Sua qualidade estará conectada a essa peculiar junção da garantia da *continuidade* de sua complexa ecologia e da abertura para as *mudanças* que permitam seu desenvolvimento, assim como o desenvolvimento do sentido de conexão do homem a seu ambiente no espaço e no tempo.

O estabelecimento de inter-relações é buscado através de diretrizes ambientais para a região metropolitana, empregando estratégias vinculadas ao projeto de saneamento, nas quais se inter-relacionam distintos setores (por exemplo: energia, produção de alimentos, transporte, recreação). Nesta linha, o rio é visto como recurso material.

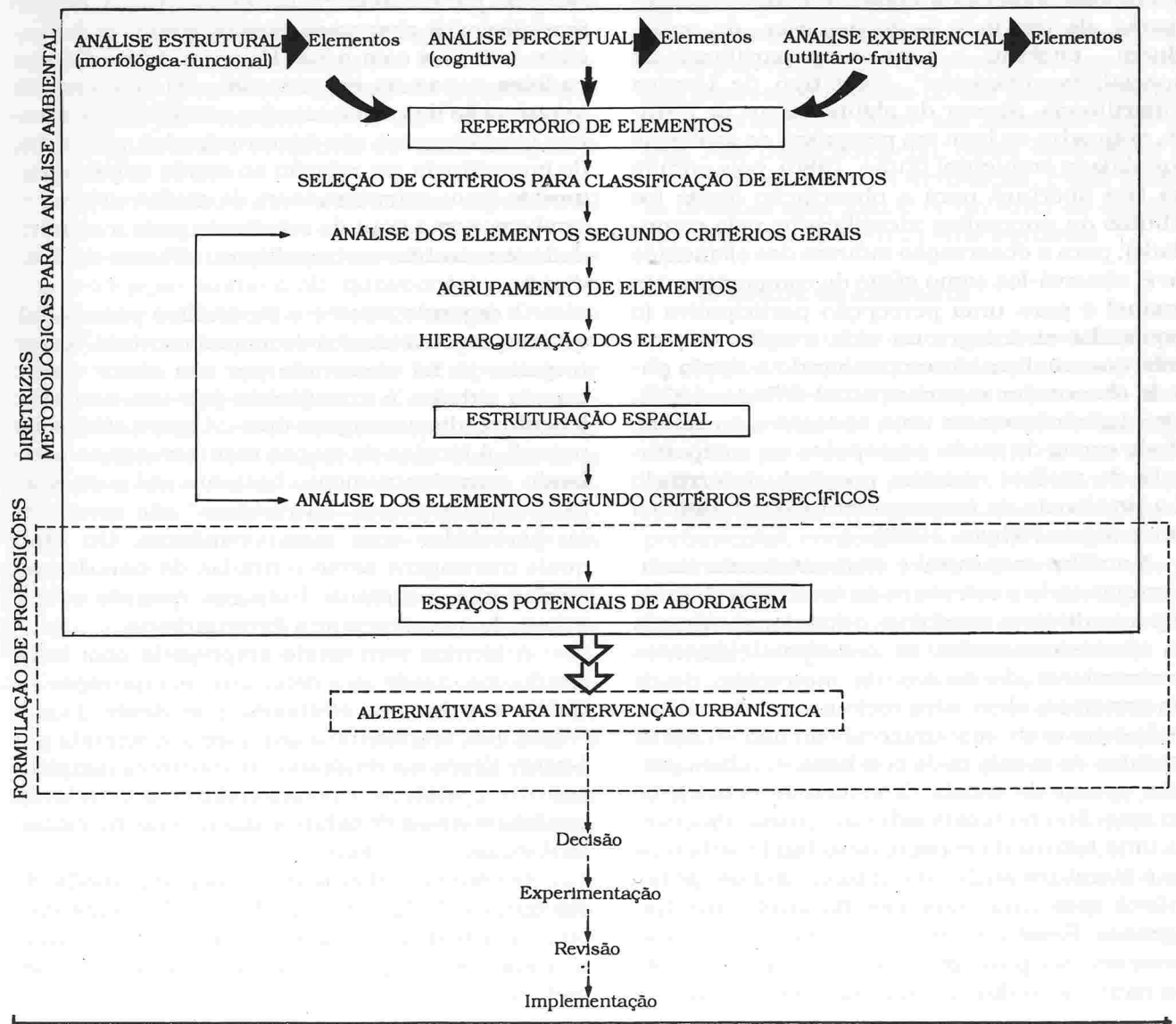
O re-estabelecimento de relações é buscado através de diretrizes ambientais que incentivem a reintegração cidade-rio na área central da metrópole, *locus* simbólico dos antecedentes culturais do assentamento, o *espaço* de todos os diferentes *tempos* da cidade, da memória da cidade. E, também, o espaço coletivo por excelência e, precisamente por esta razão, o ponto de contato intermediário (contato mediato) com maiores oportunidades para a reaproximação da coletividade com o rio.

Nessa última linha de abordagem desenvolveu-se o exercício metodológico desse texto, referente a uma análise ambiental com fins de subsidiar projetos urbanísticos efetivamente contextualizados. Desde o início a orientação foi a de que os projetos deveriam ficar instruídos por indicadores que não contemplassem somente a estruturação de uma área central mas que, também, buscassem a integração do elemento hídrico nessa estruturação. Nestas circunstâncias, tornou-se importante desenvolver uma metodologia de análise ambiental que envolvesse um espectro de informações rico e diversificado. O enquadramento proposto e empregado nas atividades operacionais está ilustrado no quadro 1.

Uma das tarefas mais importantes dirigiu-se para o reconhecimento estrutural do ambiente analisado, ou seja, da leitura de uma *forma* — um arranjo ordenado no tempo e no espaço, nunca rígido (porque decorre de dimensões sociais e, portanto, se renova), mas que persiste e nos permite reconhecer seus *elementos* ou atributos determinantes, bem como os elementos que lhe sejam anômalos.

A identificação de um repertório de elementos foi buscada através de três tipos de entradas: identificação de elementos a partir de uma análise estrutural (morfológico-funcional), de uma

QUADRO 1 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA ANÁLISE AMBIENTAL



análise perceptual (cognitiva) e de uma análise experimental (utilitário-fruitiva).

Os três tipos de entrada não são mutuamente exclusivos. Embora incluam a análise de especialistas, de um lado, e de usuários, de outro, incluem, também, a análise compartilhada de "especialistas-usuários". Este tipo de técnica compartilhada, apesar de alguns riscos de filtragem, enquadra-se bem em pesquisas de avaliação de qualidade ambiental (Zube, 1980), pois admite uma boa abertura para a observação direta (os atributos ou anomalias identificados pela comunidade), para a observação indireta dos elementos (isto é, observá-los como *efeito* do comportamento humano) e para uma percepção participativa (o pesquisador se integra na vida e ações do ambiente que analisa, desempenhando o duplo papel de observador e participante) (Whyte, 1977). Na verdade, não existe uma só técnica ou um só método capaz de medir percepções ou comportamento da melhor maneira possível, decorrendo daí a prudência de empregar enfoques múltiplos sobre o objeto (Whyte, 1990).

A análise estrutural é eminentemente técnica, examinando a estrutura da área central desde um ponto de vista morfológico-funcional. Através dela são determinados os principais elementos estruturadores do centro da metrópole, desde seus principais elementos tectônicos — temáticos ou não-temáticos, monumentais ou não —, até os elementos de escala mais cotidiana (também presente, apesar da escala de centro de cidade), de grão mais fino no tecido urbano central. Procedese a uma leitura do espaço, detectando subáreas (que a literatura anglo-saxônica chama de *spatial clusters*) com características razoavelmente homogêneas. Registram-se, assim, os atributos (ou anomalias) da paisagem urbana. Também com essa entrada analítica, examinam-se os conecto-

res encontrados entre os principais elementos estruturadores, avaliando-se as conexões axiais consolidadas da estrutura e as conexões por estabelecer, para o reforço da estrutura. A coesão morfológica é observada, assim como as potenciais conexões com o rio. Há uma descrição dos padrões espaciais encontrados, da maneira de apropriação dos espaços e das atividades existentes. Os elementos são hierarquizados por níveis de importância em relação ao tecido urbano, enquanto focos estruturadores da malha urbana e, também, como grau de referência para a coletividade, em âmbito metropolitano, urbano ou cotidiano.

O segundo *input* é o da análise perceptual, que empregou a técnica de mapas mentais. A esse respeito, já foi observado por um autor que o espaço urbano é constituído por um conjunto incontável de mensagens tipo: "A quem interessar possa". A técnica de mapas mentais vem se revelando como instrumento bastante útil para selecionar quais dessas "mensagens" são recebidas ou percebidas com mais veemência. Ou seja, quais mensagens serão retiradas do baú de memórias que é a mente humana, quando esta é solicitada a representar a *forma* urbana.

A técnica vem sendo empregada com bons resultados, desde sua definitiva incorporação às análises urbanas, efetivada por Kevin Lynch (1960) que, ampliando a linha teórica seguida por Gyorgy Kepes na Bauhaus, de natureza incipientemente gestáltica, operacionalizou o estudo da qualidade *visual* de cidades americanas no clássico *A imagem da cidade*.

O conteúdo dos mapas pode ser analisado em termos de limites percebidos, de elementos, ou conjunto de elementos estruturais, facilitando o destaque do que *é* e do que *deixou de ser* incluído.



Com isto podem ser obtidas boas indicações quanto a elementos que sejam significativos ao nível grupal e daqueles que são percebidos apenas ao nível individual ou, mesmo, ao de grupo reduzido de indivíduos. Estas imagens mais individualizadas derivam ou de uma falta de familiaridade com o ambiente (o caso de imigrantes à metrópole, por exemplo) ou de uma intencionalidade na retenção subjetiva de uma imagem e descarte de outras.

A terceira entrada é a da análise experiencial (utilitário-fruitiva). Entra-se aqui no universo dos intangíveis. Empregou-se, novamente, técnicas de percepção ambiental: questionários-abertos (de ampla estratificação de segmentos) e testes projetivos. Os elementos detectados através dessa análise, não são apenas visuais: o repertório de elementos completa-se pela inclusão de elementos "invisíveis", sensoriais, perceptíveis ao nível das sensações que proporcionam. Amplia-se o que foi obtido com as outras duas linhas, abrindo-se caminho para a percepção direta da qualidade do ambiente urbano, assim como a sentem seus usuários.

Para operacionalizar a análise experiencial é importante determinar *como* é vivenciado o ambiente para entender *por que* é assim vivenciado. Procura-se detectar o que atribui valor ao ambiente (como, por exemplo, a presença do rio na paisagem) e indicações quanto ao que reage a população, em termos de características ambientais, para assim elaborar a determinação de uma "tipologia de preferências" em relação a atributos da paisagem. Busca-se, também, conhecer o nível de afeto que a população guarda pelo centro, pelo rio, pelo rio no centro, afeto este demonstrado por suas atitudes e pela experiência de uso e apropriação dos elementos que constituem a essência do centro.

Ainda, outra questão importante a responder (abordada na pesquisa através da técnica do "cenário estruturado"), é a que se refere a atitudes da população frente a decisões que afetam a área central. Isso está relacionado com outro nível de percepção, isto é, a percepção que os usuários possuem a respeito de seu potencial de participar em decisões sobre seu ambiente mais coletivo. Pois deste potencial, desta vontade de mudar, de participar nas mudanças, é que brotarão as decisões que, tomadas em nível de coletividade, tornar-se-ão efetivamente legítimas.

### **A leitura do ambiente**

O referencial teórico, que comanda as ações da pesquisa, segue a corrente que busca relacionar comportamento e ambiente para, da análise detida das relações entre estes dois fatores, gerar diretrizes para o equacionamento de sua inter-relação. Ou seja: para projetar suas inter-relações. A compreensão da inter-relação ecológico-comportamental, conforme vem se processando num determinado contexto, será o indicador mais preciso para a projeção das estruturas organizativas desse contexto — e assim viabilizar a continuidade da vida humana nesse contexto.

Qual o quadro metodológico que revela com maior clareza a interação ecomportamental? Continuamos acreditando que da integração dos três enfoques que vimos empregando na análise ambiental, consolide-se um instrumental confiável a ser empregado nas ações urbanísticas.

A análise ambiental que vem sendo pesquisada, procura incorporar alguns procedimentos metodológicos relativamente não freqüentes em pesquisas análogas ou, talvez, ainda pouco testados (pelo menos, no contexto de Porto Alegre). Claro exemplo disto foi a investigação de elemen-

tos, efetuada através de três tipos de *inputs*, procurando garantir a presença dos diversos "acentos" encontrados na heterogeneidade da linguagem do ambiente. Justifica-se a introdução dessas novas abordagens, por haver um bom suporte teórico que as sustentem. Certamente não cabe aqui discuti-lo; mas cabe, isto sim, traçar uma rápida esquematização do que há *por trás da metodologia* empregada, das hipóteses teóricas que existem *sob a metodologia*.

O ponto crucial de qualquer análise (e/ou avaliação) da qualidade ambiental parece convergir para a detecção dos *valores* inerentes ao ambiente. Só que muitos desses valores ficam cuidadosamente (ou inconscientemente) guardados nas mentes de seus usuários. Há um reter consciente e um reter inconsciente de suas percepções da vida urbana, que, muitas vezes, só se expressam através do uso que a população faz, das atitudes e do comportamento que a população adota, ao usar o seu ambiente.<sup>2</sup> A dificuldade maior localiza-se aí: a de tentar fazer aflorar esses valores, sejam valores atribuídos a formas materiais, ou ligados a uma fruição particular do espaço urbano. Neste sentido, a análise da qualidade do ambiente desenvolvida no trabalho, ficou fortemente amarrada a orientações seguidas na área da percepção ambiental.

A cidade (o ambiente) compreende fatos físicos (os espaços arquitetônicos, os espaços naturais modificados) e fatos comportamentais (o uso que grupos de indivíduos fazem desses espaços). Há, na cidade, um *espaço topológico*, ao qual se integra um *espaço psicológico*. O espaço topológico é mensurável e apresenta características que podem ser referidas a determinados padrões,

<sup>2</sup>Atitude: reflexão acerca de determinadas potencialidades. Comportamento: a realização das potencialidades

aceitos com universalidade por uma determinada cultura; pode ser captado com objetividade e descrito morfológica e funcionalmente. De forma concorrente a esse espaço, "el espacio psicológico o perceptivo es el resultado de una operación selectiva e interpretativa, cumplida por nuestra percepción sobre el espacio topológico" (Cerasi, 1977:16).

A percepção sobre o espaço topológico, de que fala Cerasi, é condicionada por um esquema de "leitura" do espaço que fica predominantemente embasado pela maneira de desfrutar esse espaço, de usar esse espaço. Diz o autor: "Mi descripción del espacio es también una descripción de mi manera de usarlo" (Cerasi, 1977:21).

Procurou-se seguir a linha de *percepção calçada no uso*, pelo menos a nível experimental, no trabalho. Afinal, o importante é instruir a projeção (a ação da modificação e conservação do ambiente) a partir de problemas e objetivos bem definidos, definição esta que deve ser obtida através da leitura que se faz da experiência popular do cotidiano da cidade: esta experiência confere *significado* e, em consequência, valor, aos espaços urbanos. Diz Stephen Carr (1967) que o significado aparece quando se recobre o esqueleto dos conceitos adquiridos culturalmente, com a carne e o sangue do significado que deriva da experiência direta. É a observação dessa experiência que pode fornecer o código de leitura dos valores do ambiente em análise. E quanto maior a quantidade de códigos, mais básicos se tornam para dominar a compreensão da qualidade do ambiente.

Entre os conhecimentos básicos que permitem a convivência de milhares de pessoas e interesses, nos espaços tão reduzidos das cidades modernas, está a atribuição de um mínimo de significados coincidentes a uma coleção de lugares ordenados segundo convenções que, para os membros daquele grupo, são referências estruturais (Santos, 1966:60).

Esses significados, ao serem analisados a partir dos usos e fruições cotidianas, informarão, em termos espaciais, o que Michel de Certeau denomina *morfologia da prática*, a lógica da ação. Para o antropólogo, o que é realmente revelador sobre as práticas cotidianas, é sua efetivação: “não quero analisar as práticas cotidianas apenas enquanto elementos de informação sobre a vida social e econômica das pessoas. Trata-se também de uma *arte*, justamente uma arte que tem como característica, ser fundamentalmente uma *arte de fazer*. Isto é, que não se traduz num discurso mas sim em um ato” (de Certeau, 1985: 7). Traçando uma analogia com a linguagem, que só se efetiva por um ato de fala (*speech act*), explica o autor: “(...)a rua só é real no ato de andar. O espaço do apartamento só é real no ato de habitar (...); (...) tento distinguir uma problemática de lugar — sendo lugar igual à língua — enquanto tipo de geometrização urbanística ou arquitetural do espaço e, de outra parte, o espaço enquanto ato de práticas do lugar, ou seja, o *speech act* do lugar”, (de Certeau, 1985:15).

Há efetivamente, boas razões para aceitar que a avaliação do ambiente envolva tanto fatores perceptuais como experienciais, ou seja, “the highly subjective perceptual-experiential component that must be considered in evaluation” (Zube, 1980:8). Isto faz crer que no processo de avaliação ambiental há uma aproximação de duas correntes da psicologia, a gestáltica e a transacional, que podem, juntas, oferecer boas contribuições para a avaliação ou a análise.<sup>3</sup>

<sup>3</sup>De acordo com a teoria da forma — Gestalt — a percepção consiste em organizar e associar as informações obtidas do meio, isto é, postula a teoria que o cérebro humano reproduz a articulação interna de um conjunto de elementos. A corrente da análise transacional apóia que a percepção é influenciada pela prática da experiência e a vida afetiva, isto é, há uma relação estreita entre sentimentos e percepção (Bailly, 1979).

A adoção dessa idéia de aproximação, surgida no âmbito da pesquisa, vem, progressivamente, adquirindo maior consistência. Mais experiências com técnicas de percepção ambiental — inclusive, com técnicas mais diversificadas — vão se fazendo necessárias. Nesta direção, encaminha-se a continuidade da investigação: refinamento de técnicas já experimentadas e introdução de novas técnicas.

Por outro lado, a consolidação da idéia advém de um *corpus* teórico despontado de outras realidades empíricas, ou seja, de contextos urbanos de países superdesenvolvidos. Sua transferência para um contexto de Terceiro Mundo requer observação e acompanhamento sobre a necessidade de eventuais calibrações. Ainda que a realidade urbana seja um fato cultural da humanidade e, por conseqüência, de natureza universal, sua expressão no Terceiro Mundo — e no Brasil, em particular — sempre pode apresentar características discriminantes.

A velocidade da constituição do ambiente urbano brasileiro, por exemplo, a rapidez das transformações dos espaços construídos e dos espaços destruídos, a mutação brusca dos códigos do homem do campo agora implantado no meio urbano, a concentrada verticalização com altas densidades, enfim, o conjunto de transformações individuais e coletivas de uma sociedade que se urbanizou em curto período temporal, são todos indicadores de que pode-se estar frente a dispositivos que regulem a produção de uma nova subjetividade, que se manifestará por novas maneiras de usar o espaço.

Finalmente, como se viu, subjaz na condução da análise ambiental uma intenção de natureza mais abrangente, qual seja, a de obter-se, com a análise, subsídios que atuem como elementos informadores para a planificação e a pro-

jetação urbanísticas. Subsídios que informem projetos que farão as pessoas exercitarem a experiência humana de vida em seu ambiente.

Nesse sentido, torna-se cada vez mais necessário continuar trabalhando na direção de tentar conciliar e aproximar as visões dos profissionais com as dos moradores, em sua obra conjunta de antropização do ambiente.

Na pesquisa, conseguimos avançar até um determinado patamar teórico onde essa conciliação parece adquirir contornos de consistência. Evidentemente, a partir daí há necessidade de avançar mais, não só na testagem do que já foi alcançado, como também, na realimentação do próprio referencial teórico.

A questão é, certamente, intrincada, pois lida com critérios relacionados à subjetividade<sup>4</sup> e, além disso, envolve interpretações originárias do que poder-se-ia chamar de "intersubjetividade coletiva". Por essa razão, tem sido constantemente buscado o diálogo com profissionais de outras áreas, em particular, da psicologia e da sociologia.

#### **Cidade faz análise e revela tudo: leia no ambiente**

A análise ambiental revelou-se extremamente operativa, oportunizando a obtenção de uma importante pluralidade em seu conteúdo infor-

<sup>4</sup>Isto, evidentemente, torna a questão muito aberta. Registre-se, de passagem, que as recentes contribuições de outras disciplinas que incluem a psicologia ambiental em suas contemplações, trazem, permanentemente, novas inquietações. Guattari (1990: 31), por exemplo, em recente manifesto onde lança a idéia de uma "ecosofia", que aglutina ecologia mental, social e ambiental, categoriza o urbanismo como um dos instrumentos que comanda as "semióticas de subjetivação". Com isto, a ação urbanística seria por si própria o agente da produção de subjetividade.

macional. Mais ainda, as informações, ao serem obtidas através de um *scanning* exaustivo, abrangente e diversificado, foram, sobretudo, realistas. Uma análise assim conduzida pode fornecer um diagnóstico bastante preciso, ao integrar a visão de especialistas com a experiência vivencial dos usuários (aí incluídos também especialistas). Com isso, é possível obter uma boa margem de segurança quanto à legitimidade do que se vier a propor em termos de intervenções. Tornam-se, assim, pelo menos atenuadas as inquietações dos que desenham o ambiente, pois suas propostas ficam apoiadas por descritores verdadeiramente contextualizados. E ficam igualmente contempladas as expectativas dos que vivem no ambiente desenhado, pois são eles próprios que estão instruindo o que desenhar.

É nesse sentido que se torna mais estimulante a convergência do *approach* morfológico-funcional com o perceptivo e o experiencial. Comportamento e espaço acertadamente se aproximam para eleger valores comuns e explicitar o "sentido" de um lugar. Desenvolve-se uma coincidência dos *pontos emergentes* da estrutura, de pontos de mais intensa *hierarquia de uso e fruição*, e dos *percursos* preferenciais que conectam os pontos de estímulos focais.

A área central de Porto Alegre apresenta efetivamente uma estrutura. Os três tipos de *inputs* são convergentes nesse sentido. Mesmo frente a uma sucessiva cadeia de fenômenos próprios do processo de urbanização — agravados pela rapidez que caracteriza a urbanização das metrópoles brasileiras, há uma *forma* que persiste no *cuore* de Porto Alegre, uma forma que guarda atributos físicos que preservam em boa parte uma legibilidade coletiva.

O exercício metodológico se completa ao oferecer uma operacionalidade para uma maneira de

pensar a cidade, onde o tradicional conceito de uso do espaço não fique somente associado ao exercício de uma determinada função no espaço. Usar o solo urbano, usar a cidade, é viver na cidade, é viver a cidade, é encontrar racionalidade e funcionalidade também no ilógico e no abstrato. A conjunção dos três inputs busca precisamente fazer aflorar o que se pode chamar de morfologia da prática cotidiana para, a partir daí, obter-se os descritores que orientarão a projeção urbanística. Para assim os urbanistas poderem ver a qualidade do ambiente com os olhos dos outros, além de seus próprios. Para não produzirem ambientes ricos em significados para os especialistas, porém menos ricos e pouco legíveis para o homem da rua, para a coletividade de usuários.

#### Referências bibliográficas

- BAILLY, Antoine (1979). *La percepción del espacio urbano*. Madrid: IEAL.
- CARR, Stephen (1967). *The city of the mind*. Indiana: Indiana University Press.
- CASTELLO, Lineu (1987). Ecologia urbana y percepción ambiental de Porto Alegre. *Ambiente*, v.7, n.53. Argentina, março, p.53-56.
- \_\_\_\_\_. et al. (1984). *Inter-relações ambientais: Porto Alegre e o rio Guaíba*. Porto Alegre: MAB/UNESCO-PROPUR/UFRGS.

- \_\_\_\_\_. et al. (1986). *Investigação de diretrizes para um projeto ambiental*. Porto Alegre: MAB/UNESCO-PROPUR/UFRGS.
- CERASI, Maurice (1977). *La lectura del ambiente*. Buenos Aires: Infinito.
- CERTEAU, Michel de (1985). Teoria e método no estudo das práticas cotidianas. In: SZMRECSANY, Maria Irene (org.). *Cotidiano, cultura popular e planejamento urbano*. São Paulo: FAU/USP.
- GUATTARI, Félix (1990). *As tres ecologias*. Campinas: Papirus.
- HALL, Edward T. (1978). La antropología del espacio: un modelo organizativo. *Espacios CEPA. Comportamiento y Ambiente*, n. 9-10. Argentina, p. 49-57.
- LYNCH, Kevin (1960). *The image of the city*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1976). *Managing the sense of a region*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- \_\_\_\_\_. (1982). *A theory of good city form*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- ROWE, Colin; KOETTER, Fred (1978). *Collage city*. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- SANTOS, Carlos Nelson dos (1986). Preservar não é tombar, preservar não é pôr tudo abaixo. *Projeto*, n. 86. São Paulo: Projeto, p.59-63.
- WHYTE, Anne (1977). *Guidelines for field studies in environmental perception*. Paris: UNESCO (MAB Technical Notes n. 5).
- \_\_\_\_\_. (1990). Percepción y comprensión de la ciudad. *Ambiente*, v. 11, n. 65. Argentina, abril, p.4.
- ZUBE, Ervin (1980). *Environmental evaluation: perception and public policy*. Monterey, California: Brooks/Cole.